

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº 08

**IDENTIDADE E AUTENTICIDADE DOS RESTOS DE UM
BALUARTE**

Roberto A. Dantas de Araújo



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Raquel Borges Bertuzzi, Diretor
Renata Campello Cabral, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Vera Milet Pinheiro
Ana Rita Sá Carneiro
José Fernandes Menezes

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Virginia Pitta Pontual, Presidente
Natália Vieira
Fátima Alves Mafra
Fábio Cavalcanti
Magna Milfont

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda – PE
53020-130 – Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Roberto A. Dantas de Araújo

Título: IDENTIDADE E AUTENTICIDADE DOS RESTOS DE UM BALUARTE

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série Gestão da Conservação Urbana

Local e ano de publicação: Olinda, 2007

ISSN: 1980-8267

IDENTIDADE E AUTENTICIDADE DOS RESTOS DE UM BALUARTE*

Roberto A. Dantas de Araújo*

Resumo

O artigo analisa as hipóteses levantadas até o momento sobre a identidade dos restos de um baluarte soterrado no bairro do Recife, na esquina da atual Avenida Alfredo Lisboa com a rua barão Rodrigues Mendes. Também anuncia novas hipóteses fundamentadas no estudo do contexto histórico, em documentos escritos e na cartografia dos séculos XVII ao XIX. Além disso, traça a trajetória das estruturas que representava até 1850, data de demolições e soterramentos.

Palavras chave: história do Recife, fortificação

1 INTRODUÇÃO

Em 2001, por ocasião da realização dos trabalhos no Bairro do Recife para implantação das redes de distribuição elétrica e os dutos para fibra ótica para o Porto Digital, ocorreu a descoberta de antigas estruturas arquitetônicas. Para cumprimento da Lei no. 3.924, de proteção ao patrimônio arqueológico e pré-histórico do Brasil, foi então recomendado um “projeto de acompanhamento arqueológico”.



Detalhe da Vista Planisbáltica ... (1788). Robert C. Smith, Igreja, Casas e Móveis – Aspectos da Arte Colonial Brasileira. MEC/IPHAN, Rio de Janeiro, 1979.

* Texto elaborado para o Relatório Final de Atividades de Consolidação do Baluarte da Porta da Terra, dentro do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a URB/Recife e o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI (2004/2006).

* Roberto Antônio Dantas de Araújo, arquiteto (UFPE-1979), doutor em Arquitetura (FAU/USP-2003). Pesquisador pelo CNPq sobre Materiais e Técnicas Construtivas em Pernambuco. É professor do CECI.

A realização do projeto foi confiada pela URB/Recife ao Arqueólogo Marcos Albuquerque. Os trabalhos de prospecção permitiram evidenciar, à altura da Rua Barão Rodrigues Mendes e da Avenida Alfredo Lisboa, uma muralha construída em blocos de pedra de cantaria, assentados sem argamassa, além de parte de um baluarte.

De acordo com o arqueólogo, tratar-se-ia de um “baluarte” e parte da sua “muralha” do período da ocupação dos holandeses que teriam sido reutilizados como embasamento de outras edificações posteriormente construídas. Essas estruturas protegeriam a Porta do Recife, implantada sobre o caminho que ligava Olinda ao porto.

Deste modo, a Diretoria de Programas Especiais da URB achou conveniente expor os achados protegendo o sítio com uma grade de ferro além de planejar implantar, em seu entorno, uma estrutura museológica. Após três anos, as instituições públicas envolvidas perceberem a fragilidade das ações. Tratados como simples “buraco” pela população pouco informada do valor histórico dos achados e sujeito ao intemperismo, esse patrimônio arqueológico foi utilizado como lixeira.

Logo se admitiu que construção de uma verdadeira estrutura de visitação requeria previamente a relocação dos canos de esgoto da COMPESA, dos dutos da TELEMAR e da tubulação de águas pluviais da EMLURB, que ficaram visíveis depois da escavação arqueológica. Essas intervenções exigiram um novo movimento de terra e, portanto, um novo acompanhamento arqueológico.

Para realização desta nova intervenção a URB/Recife envolveu o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, concordando em que, antes da retirada da rede de canalizações superpostas do moderno Recife, se estendesse e aprofundasse a escavação arqueológica.¹ O objetivo de todos os procedimentos citados é obter maiores informações sobre a estrutura resgatada e torná-la mais “didática” ou reconhecível pela população.

Desde o momento da descoberta das estruturas arquitetônicas há polêmicas em torno da “origem” de seus construtores e sobre a sua “finalidade”. As principais podem ser assim resumidas: seria obra de holandeses ou de luso-brasileiros? Seria parte de uma muralha de defesa, de um dique para proteção das águas marinhas ou restos de uma antiga fortaleza? Estas questões, decorrente de hipóteses divergentes, fazem parte de relatórios arqueológicos, dissertações de Mestrado e até artigos jornais.

O objetivo do presente artigo é confrontar estas e outras questões a partir de documentos escritos e cartográficos do século XVII ao XIX propondo uma nova hipótese. Além disso, pretende-se traçar a trajetória destes restos até 1850, cujo marco é a demolição e soterramento de tais estruturas.

2 PONTOS CONTROVERSOS INICIAIS

2.1 O Contexto histórico e a possibilidade de construções em cantaria

¹ PASSIS, Anne-Marie e Gabriela Martin Ávila. Relatório Final - Baluarte porta da Terra. UFPE (Programa de Pós Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio)/URB Recife. Recife, 2005.

Deve-se observar que a própria iconografia holandesa registra “restos” de um baluarte de pedra desde 1630, quando ainda se comemorava a vitória sobre os luso-brasileiros e se projetava a montagem do novo sistema de fortificações no Recife pelo invasor.

Havia uma absoluta escassez local de materiais construtivos já que o istmo, onde se situava o Porto do Recife era “uma língua de terra seca e alagadiça” e ao mesmo tempo a guerra brasílica, com suas táticas de desgaste e de emboscada, tornava a exploração de pedreiras extremamente perigosa, principalmente nos momentos iniciais da invasão.

Foi por isso que o desmonte das edificações de Olinda (precedido de um incêndio de grande carga simbólica) e Igarassu teve como objetivo o transporte de todo tipo de material construtivo para o Povo e a Ilha de Marcos André. E com a conveniente solução encontrada pela Companhia das Índias Ocidentais, contornava-se a demanda gerada pelo inusitado contingente populacional.

2.2 Questionamentos técnico-construtivos

Havia, nos primeiros anos da invasão tanto contingências de ordem “balística” quanto econômica, porque o advento do canhão impunha uma nova tipologia arquitetônica e técnico-construtiva para as fortificações e a guerra exigia a utilização dos materiais disponíveis no entorno.

As novas fortificações, constituídas de um polígono de plataformas e não torres, rodeadas de fossos, seriam construídas em barro socado ou com “areia e fachina”, de modo que sucessivas camadas destes materiais permitiriam uma perfeita absorção dos projéteis. As narrativas contemporâneas e a pesquisa arqueológica asseguram que desta maneira foram construídos os redutos e fortificações holandesas mais importantes, como o Forte das Cinco Pontas, o Forte do Brum e o Forte de Orange.

Como haveria, neste início de guerra (1630), a possibilidade de custosos trabalhos de cantaria quando elas eram tecnicamente prescindíveis? Admite-se os navios da Companhia das Índias Ocidentais carregados de pedras em vez de alimentos e armas?

2.2.1 Sobre a origem do lítico e a sofisticação da técnica construtiva

A hipótese de que a pedra de cantaria do baluarte tem uma origem holandesa se deve MEDEIROS². Para essa autora,

“A pedra teria sido enviada da Holanda, em resposta a uma solicitação escrita feita pelo Governador holandês Weerdenburch, em 3 de abril de 1630, justificada pela impossibilidade de aceder aos canteiros de pedra no Brasil.”³

² MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. O Povoado dos Arrecifes e o Baluarte Holandês do Século XVII. Dissertação de Mestrado, UFPE, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio, Recife, 2005.

³ Op. Cit. Pág. 107.

Também esta autora afirma que os dados arqueológicos completariam a argumentação na medida em que teria sido observado na estrutura “uma alta complexidade na técnica construtiva, nunca repetida ou imitada em obras portuguesas.”⁴

Entretanto, é fácil reconhecer nestas rochas as características típicas de um arenito calcífero (beach rock), com sua aspereza superficial e a presença de conchas incrustadas. Ora, tais arenitos são rochas sedimentares estratificadas, cuja cimentação se dá por precipitação de carbonatos formados em praias de climas tropicais...

Ainda, sabe-se que tecnologias apropriadas a obras de cantaria capazes de conter a força das águas marinhas ou ribeirinhas era patrimônio da engenharia portuguesa muito antes da descoberta do Brasil, haja vista sua tradição construtiva românica fundada basicamente na pedra lavrada. Refletem isso as primeiras fortificações, ou mais apropriadamente os “castelos” construídos para defesa do Porto, (em ordem cronológica): os Fortes de São Jorge (ou George) e da Laje (ou da Lagem) ou Picão. (Figs. 1 e 2).

Estas técnicas continuaram a serem empregadas até praticamente as primeiras décadas do século XIX, quando houve um processo de “sofisticação” onde os engenheiros militares e os mestres de ofício foram substituídos pelos engenheiros politécnicos e os novos operários da construção.⁵

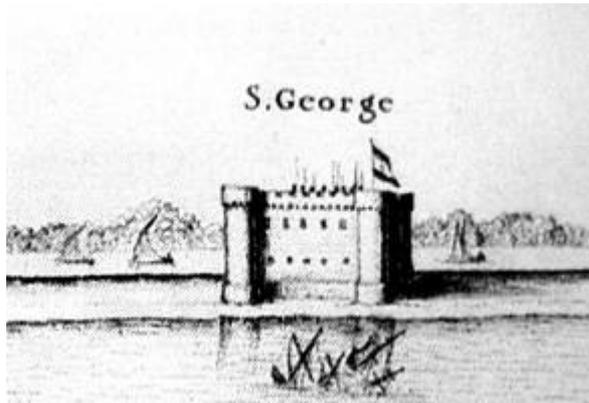


Fig 1, Detalhe com a Fortificação de São Jorge ou (George) construído em cantaria. “Descrição da Vila de Olinda no País de Pernambuco (...). em 1630. Gravura de Joan Bleau, Amsterdã, 1643.”



Fig 2. Forte da Laje (Lagem) ou do Picão. Foto de Marc Ferrez, (1875).

O final do século XVII e início do século XVIII foi particularmente importante para o Recife quando houve um verdadeiro “boom” construtivo. Neste período, a cidade deixada pelos holandeses seria qualitativamente transformada: reconstruíram-se ou se alargaram igrejas e conventos, reconstruíram-se fortificações, simplesmente criaram outras, instituíram-se serviços para manutenção e reconstrução de vias públicas e pontes e diques, construíram-se hospitais.

⁴ Ibidem, pág. 107

⁵Ver ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. O Ofício da Construção na Cidade Colonial - Organização, Materiais E Técnicas - O caso pernambucano. USP/FAU, São Paulo, 2002.

Pode-se tomar como exemplo as obras do molhe do porto, empreendidas por António Fernandes de Matos. Ainda que possua um desfecho pouco recomendável⁶, Nela, obrigava-se o Capitão a fazer aquela obra “com pedras de cantaria lavradas por todas as faces e gateadas com gatos de ferro onde necessário fosse (...) e que as cabeças das pedras exteriores que recebem o golpe do mar fossem todas cortadas à escarpa.”⁷

Finalmente, uma análise comparativa atual com outras edificações militares luso-brasileiras pernambucanas, inclusive as mais próximas, permitiria notar um conjunto de semelhanças impressionante no que se refere ao tipo de acabamento, às dimensões e à técnica utilizada. Este é, por exemplo, o caso da cantaria da muralha (cortina) leste da fortaleza do Brum (Figs. 3 e 4)



Fig. 3 Fortaleza do Brum, detalhe da cantaria.
(Foto do Autor)



Fig. 4 Fortaleza do Brum, detalhe da cantaria.
(Foto do Autor).

Observando-se com atenção, pode-se constatar não apenas o mesmo tipo de rocha (arenito dos arrecifes), mas, dimensões assemelhadas entre os blocos constituintes de ambas as estruturas e a mesma técnica construtiva: pedras de cantaria lavradas por todas as faces e assentadas sem argamassa!⁸

Tais evidências tornam-se ainda mais importantes quando se tem como contraponto documentos referentes à história das fortalezas pernambucanas e suas reconstruções levadas adiante pelo mestre de campo general João Fernandes Vieira. É justamente a partir dessa história que se configura a hipótese de que a “materialidade” dos restos arqueológicos do baluarte da rua barão Rodrigues Mendes possa ter uma origem mais recente e pertença ao século XVIII.⁹

⁶ Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. Um Mascate e o Recife. CEPE, Recife, 1981. Parecer de Luís Fernando Pimentel ao Governador, Recife, 31/12/1703.

⁷ Op. Cit. pág. 128.

⁸ Para uma comprovação científica da origem do arenito seria necessário: a) confrontar amostras dos restos arqueológicos com amostras dos arrecifes locais a partir da composição mineralógica do lítico; b) investigar a fauna e a flora componente de sua estrutura, onde seria possível observar espécies endêmicas do litoral brasileiro. Ver a dissertação de mestrado de Erwic Flores Caparó. Arenitos de Cimentação Calcífera dos Antigos Edifícios de Salvador. UFPBA, Salvador, 1997. O autor investiga as origens do material pétreo, particularmente os arenitos calcíferos usados os séculos XVI e XIX nas construções antigas de Salvador. A metodologia desenvolvida por Caparó permitiu, inclusive, a identificação das antigas jazidas.

⁹ COSTA, F. A. Pereira da Costa - Anais Pernambucanos. Vol. 4, pág.84

3 IDENTIFICAÇÃO DOS ACHADOS NA ICONOGRAFIA E DOCUMENTOS ANTIGOS

3.1 Documentos Luso-Brasileiros

3.1.1 Autoria da traça e construção

Além do forte de São Jorge e do forte de Digo Paes (iniciada em 1629 e inconcluso por conta da invasão) havia outra fortificação, assentada entre o Povo e São Jorge e contígua a este. Seria uma bateria construída em pedra e cal nos idos de 1626 e deixada inconclusa por falta de recursos da Câmara de Olinda.

Esta bateria pode ser considerada um verdadeiro “elo perdido” entre as primeiras fortificações luso-brasileiras construídas sobre o istmo recifense, não sendo sequer citada pela maioria dos historiadores atuais. É possível que este esquecimento se deva ao fato dela ter sido considerada insignificante dentro do grandioso sistema de defesa projetado pelo exército da Companhia das Índias Ocidentais.

Uma referência documental importante sobre esta bateria foi publicada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, em 1961, em um longo artigo sobre a atribulada vida do engenheiro seiscentista Cristóvão Álvares.¹⁰ Trata-se de carta-memorial dirigida ao Rei D.João IV onde este engenheiro dá notícias de seus serviços e merecimentos.

"Para fortificação deste lugar houve em nosso tempo duas tenções, e para ambas fiz a traça, de que cada um para a sua se havia por mui satisfeito, como consta das certidões que no Conselho (Ultramarino) tenho apresentadas. Foi a primeira pelo Capitão-mor André Dias da Franca, que na era de 626 foi governar aquela Capitania (de Pernambuco) e intentou cercar aquele lugar com uma forte trincheira de pedra e cal. Essa traça lhe fiz, e logo lhe deu princípio por minha ordem, fundando um meio baluarte de tenaza (sic) que lhe ordenei na entrada do dito lugar e este se continuou até altura de quinze palmos pela parte do mar, donde abaixa a praia, cinco ou seis na superfície da terra; é capaz de cinco ou seis peças de artilharia. Faltou a Câmara (de Olinda) com o dinheiro que às tais obras estava dedicado e parou..."¹¹

A carta-memorial igualmente dá notícias sobre um projeto de fortaleza elaborado pelo mesmo Cristóvão Álvares e sobre o qual a historiografia tem indicado destinos diversos. Trata-se do projeto de um forte pentagonal de desenho "moderno", quer dizer sem torres e com plataforma. Há a hipótese de que este seria um projeto de ampliação da citada bateria à qual se acrescentaria, ao norte, três baluartes. O desenho situa apenas a parte central da fortaleza sobre uma faixa de terra, possui uma diminuta praça de armas e quatros dos seus baluartes conjugados dois a dois. (Figs. 5 e 6) De acordo com o autor, o governador Matias de Albuquerque reclamara do poder de fogo da fortificação iniciada:

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Cristóvão Álvares – um engenheiro em Pernambuco, 1608(?) – 1663. Vol. 15, RPHAN, Rio de Janeiro, 1961.

¹¹ Op. Cit., pág. 47. De acordo com MELLO, o texto do documento é da mão do próprio Cristóvão Álvares. Informa o historiador que a carta se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3.

“Fiz o que me mandou (o Governador) e dei conta da fortificação que tínhamos principiado, mostrando-lhe a traça que aprovou, salvo a fortificação de tenaza da entrada do lugar, que me disse era mui limitada para aquele posto, em que queria um forte real, muito formoso; que logo lhe fizesse a traça para ele, procurando meter nela a obra que estava tão bem feita, como cousa minha. Fiz-lhe a traça, que aplaudiu de maneira que disse que só um anjo do céu a pudera fazer melhor para aquele sítio...”¹²



Fig. 5 "Planta do Forte, Real Que Manda Fazer Mathias de Albuquerque (...)" pelo arquiteto Cristóvão Álvares". Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. Detalhe com tracejado de ampliação hipotética.



Fig. 6 "Planta do Forte, Real Que Manda Fazer Mathias de Albuquerque (...)" pelo arquiteto Cristóvão Álvares". Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. Corte com abóbadas e porta sobre o terrapleno.

3.1.2 O uso militar e o acrescentamento de novas estruturas após a Restauração (1654).

A afirmação de que o tal estrutura pertenceria a um "dique" ou que não seria uma estrutura eminentemente militar não considera os vários documentos do século XVII, sejam luso-brasileiros, como se tratará agora, ou holandeses, vistos mais adiante. Um fato é que logo após a Restauração, o governo Português manda elaborar dois minuciosos levantamentos, do que havia pertencido ou construído pelo invasor no Recife e Ilha de Antônio Vaz.¹³

Na parte relativa aos materiais bélicos, o Inventário de 1654 especifica dois títulos: Do que se achou na Bateria da Porta do Recife da banda do Mar e do que se achou na bateria da porta do Recife da banda da Seca com seus respectivos canhões, carretas, balas, barris de pólvora, cartuchos e granadas.¹⁴

Na parte relativa aos prédios edificadas, o documento mostra que durante o período de ocupação houve acrescentamentos e que já não se tratava apenas de baluartes, mas, de uma estrutura arquitetônica de uso militar mais complexa:

¹² Idem, pág. 48

¹³ Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses Deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados ou Reparados até 1654. Imprensa Oficial, Recife, 1940.

¹⁴ Inventário das Armas e dos Petrechos Bélicos deixados pelos holandeses em Pernambuco, págs. 20-23.

"Primeiramente sobre a porta do Recife huma casa, que servia de assistência dos Capitães da Guarda, e pelas ilhargas muradas à face da praça, assim pela parte do rio, como pela do mar; com seus quartéis de alojamento de soldados. – Misquita."¹⁵

3.2 Documentos holandeses

3.2.1 A constância do uso militar no período nassoviano

Pode-se citar três documentos redigidos sob as ordens do Conde João Maurício de Nassau-siegen e que cobrem o período em que ele esteve no Brasil. Há em todos estes documentos referências detalhadas dos “dois meios baluartes” construídos por Cristóvão Álvares, notando-se uma clara evolução construtiva.

Documento 1 - Breve Discurso sobre o Estado das quatro capitânicas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638).

Este é o primeiro relatório geral acerca do Brasil conquistado. Em lugar de muralhas – inviabilizadas pelas características geográficas do sítio, o documento se refere à construção de uma nova e forte paliçada. O documento dá conhecimento sobre os materiais construtivos diferenciados de cada um dos baluartes. Não há referência ao uso destas estruturas como “diques”. O seu uso é eminentemente militar.

“Trabalha-se em cercar e fechar este lugar (do Recife) com uma forte e bem flanqueante paliçada, já que a escassez de terreno não permite que, quer contra o lado do mar, quer contra o do rio interior, seja cercado por uma muralha. Esta paliçada há de custar seguramente de 8 a 10.000 florins, que esperamos obter das casas, terrenos, armazéns existentes aqui no Recife, tanto dos particulares quanto da Companhia.

Na frente, sobre o caminho para a cidade de Olinda e contra o mar, há uma bateria murada de pedra, e contra o rio interior um reduto de terra, cujo sopé sai do rio e é formado de pedras soltas sem cal. Estas duas obras estão ligadas uma a outra por uma forte paliçada de madeira, e aí é a saída.”¹⁶

Documento 2 - Relatório sobre o estado das capitânicas Conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX, na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640.

Este é o segundo relatório geral acerca do Brasil conquistado. O documento mostra que a estrutura estava armada e que a complementava uma forte paliçada onde agora havia uma porta. O conjunto apresentava-se como uma espécie de hornaveque.

“O Recife sendo a residência dos Altos e Secretos Conselheiros e dos Conselheiros Políticos, o lugar onde está o principal porto para toda a classe de navios, onde estão

¹⁵ Inventário das casas da povoação deste Recife feito pelos Oficiais da Fazenda, pág. 2.

¹⁶ MELLO, José Antônio de. Fontes para a História do Brasil Holandês – A Economia Açucareira. CEPR, Recife, 2004, pág. 119.

todos os negócios, onde a Companhia fixou a “sedem belli”, onde estão estabelecidos os armazéns geral de artilharia, de munições, de víveres e de mercadorias, tem, em primeiro lugar, do lado do istmo que vem de Olinda, duas baterias, sendo que a que está do lado do porto ou do mar é uma bateria construída com pedras e a que está do lado do rio é construída com areia, sendo essas duas baterias ligadas uma a outra por meio de um fortim, no meio do qual fica a porta pela qual se entra e sai do Recife, de modo que o conjunto é uma espécie de hornaveque; nos seus flancos, fora das baterias ou hornaveque, há uma forte paliçada. Na bateria de pedra há 7 canhões de bronze, 1 de 16 libras (que é uma peça espanhola), 1 de 12 lb, 4 de 10 lb (dos quais 2 são espanhóis) e 1 de 6 lb bombarda, também espanhol, todos montados em suas carretas. Na bateria de terra estão 5 canhões de bronze, 1 de 22 lb, 1 de 18 lb, bombarda, 1 de 16 lb (peça espanhola comum), o quarto de 6 lb, bombarda, o quinto uma peça forjada de 6 lb, todos montados nas suas carretas e 2 peças de ferro de 5 lb. Esse hornaveque domina toda a praia, tanto dela para fora como para dentro e alcança com suas balas a entrada da barra e o porto.

Todo o Recife está também cercado por uma forte paliçada, com flancos bem guarnecidos, sendo que nos dois primeiros flancos ao longo do porto, partindo da bateria de pedra, fizeram-se duas baterias, a primeira próxima à casa da pólvora, com 1 peça de bronze de 12 lb, 1 de ferro de 5 lb e 1 de ferro de 3 lb, estendendo-se a linha do lado de dentro da bateria de pedra e comandando o porto; um pouco adiante, próximo ao desembarcadouro, está a segunda bateria, com 1 peça de bronze de 12 lb e 1 de ferro de 8 lb.”¹⁷

Documento 3 - “Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a situação e a organização dos referidos países, tal como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali. (1646)”

Neste terceiro documento, ainda a constância do uso militar. Uma novidade está nas melhorias assinaladas: a) a bateria de pedra encontrava-se ladrilhada de pedra; b) bateria de terra tinha um piso de madeira; c) fora construída uma porta mais vistosa no lugar da antiga.

“O Recife está cercado d’água, com exceção do caminho que vai para a cidade de Olinda, onde o mesmo é fortificado com um baluarte de pedra e um de terra, que são ligados um ao outro por um muro ou cortina, tendo do lado de dentro três banquetas de terra, no qual foi feita uma bela porta nova dentro das possibilidades do país; a bateria de pedra está ladrilhada de pedra, que serve de plataforma para as peças, que são as seguintes: 1 peça de bronze de 18 lb.; 1 dita de 16 lb.; 1 dita de 6 lb.; 1 dita de 12 lb.; 3 ditas de 10 lb.; 7 peças de bronze. O baluarte de terra ou bateria é construído de barro sobre uma base de pedra, estando a bateria assentada sobre um piso de madeira, bem feito, e na qual estão montadas as seguintes peças: 2 peças de bronze de 18 lb.; 1 dita de 16 lb.; 1 dita de 6 lb.; 1 dita de 10 lb.; 2 peças de ferro de 6 lb.; 7 peças de bronze e de ferro.”¹⁸

3.3 Cartografia Holandesa (1630-1654)

¹⁷ Op. Cit., págs. 199-200

¹⁸ Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês - Administração da Conquista. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Recife, 2004. Págs. 252-253.

Para a guerra promovida pelos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais meticulosa e longamente planejada, foram realizados levantamentos da costa brasileira e principalmente da costa nordestina alguns anos antes da invasão. Um mapa desenhado a mão (Fig. 7), assinado pelo geógrafo Hessel Gerritsz e datado de 1630, pode ter sido um dos últimos produtos destes levantamentos. Nele, há o registro dos locais de desembarque das tropas da Companhia, justamente o trecho do litoral pernambucano que vai desde o Povo até Pau Amarelo.

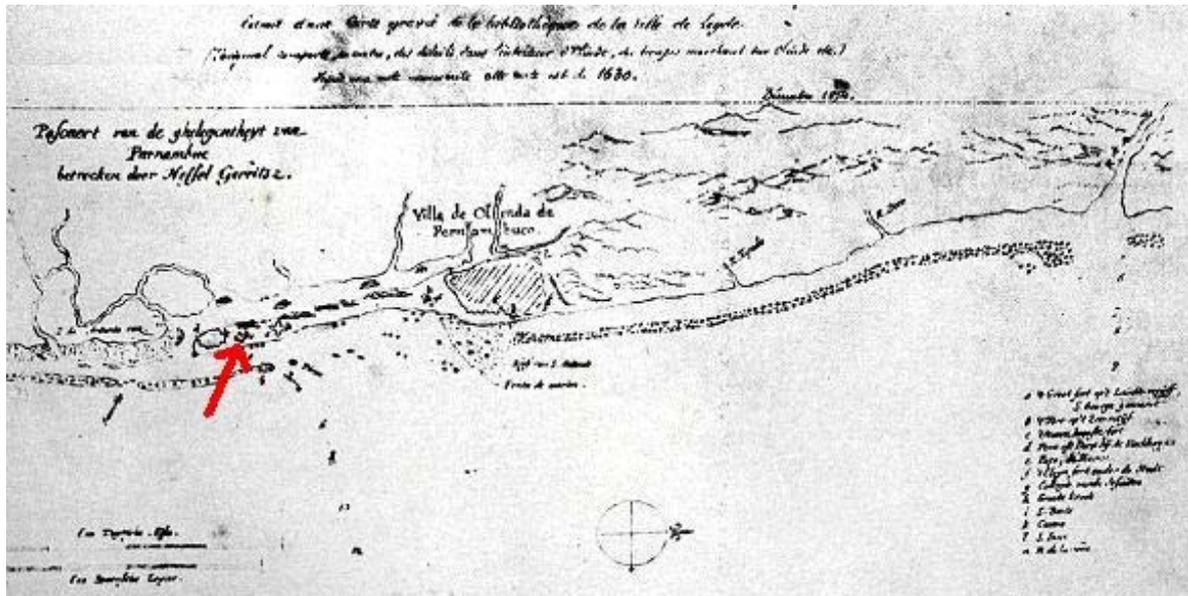


Fig. 7 Carta manuscrita das costas de Pernambuco. Hessel Gerritsz. Biblioteca de Leide. Fortificação marcada com a letra “c” e a legenda “t Nieuiv begost fort”. (1630).

O que também se destaca – e com exclusividade – é o desenho de uma fortificação inacabada entre o Povo e o de Forte de George (ou São Jorge). Na legenda correspondente à tal fortificação, marcada com a letra “c”, consta: a frase: “t Nieuiv begost fort”.

A História registra que Gerritsz estivera fazendo anotações da costa pernambucana antes de 1630 e que o levantamento que serviu de base para esta carta possivelmente foi anterior à própria invasão.

A partir de 1631, serão impressas outras cartas náuticas e gravuras “ilustrando” didaticamente os primeiros momentos da invasão através dos seguintes passos: incêndio dos armazéns do Povo; a obstrução do porto pelos navios de Mathias de Albuquerque; o desembarque em Pau Amarelo; a resistência em Rio Doce; a tomada da vila de Olinda...

A maioria destas cartas, apesar das imprecisões ou variações topográficas, indicará a presença do reduto construído por Cristóvão Álvares, seja em planta, seja em perspectiva, dando fechamento a uma paliçada. Note-se que a carta manuscrita de Gerritsz será reutilizada como base para uma gravura (Fig. 8) onde serão acrescentados desenhos representando o movimento de soldados e navios no ataque a Olinda e seu porto (Recife).

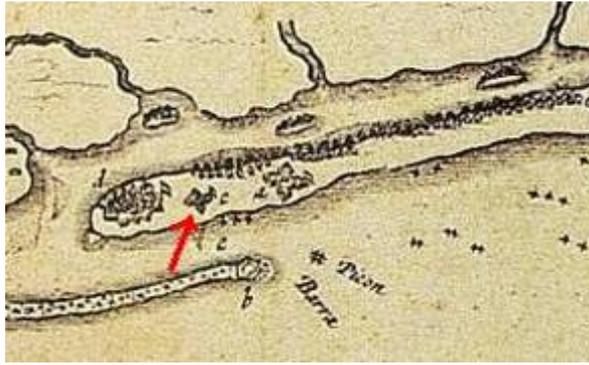


Fig. 8 Detalhe da gravura “Pascareert van de ghelegenthey van parnambuc - Hessel Gerrtsz”. Fortificação entre o Povo e o forte de São Jorge. (1631).

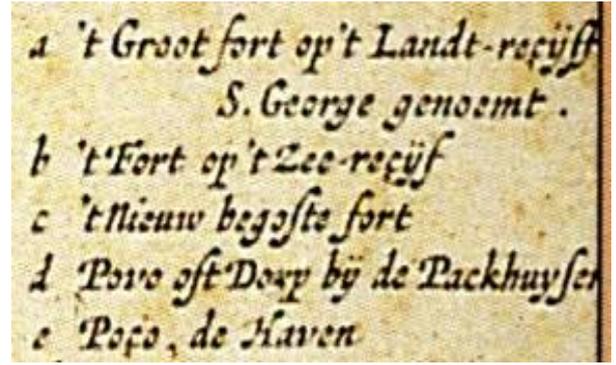


Fig. 9 Detalhe da gravura “Pascareert van de ghelegenthey van parnambuc - Hessel Gerrtsz”. Legenda da letra “c”: “t Nieuiv begoste fort”..

Em certas gravuras do mesmo período (Figs. 10 e 11), o reduto surge em perspectiva envolvido numa cerca e bem caracterizado por seus baluartes, como na realizada por Visscher e em outra – algo simplificada - que ilustra o livro de Johannes de Laert publicado em 1644.



Fig. 10 Detalhe de “Stadt Olinda de Pharnambuco, veroverd by den e, generael Hendrick C. Lonck”, Claes Jansz Visscher” (1630).

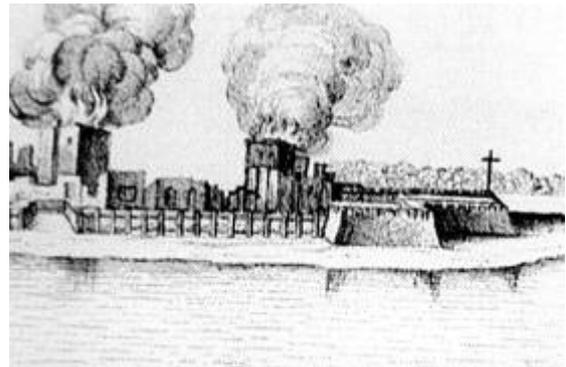


Fig. 11 Detalhe com as baterias de Cristóvão Álvares. “Descrição da Vila de Olinda no País de Pernambuco. Panorama da entrada do porto, com a povoação do Recife e a vila de Olinda tal qual se encontrava em 1630. Gravura de Joan Bleau, Amsterdã, 1643.”

A julgar também pelos desenhos urbanísticos holandeses (Figs. 12 e 13), as estruturas da bateria de Cristóvão Álvares – seus baluartes e cortina – foram logo constituindo uma “porta”, a “Landpoort” (Porta da Terra), com o objetivo de controlar o caminho para Olinda pelo istmo e, pelo menos em planta, incorporadas por uma muralha, iniciada ou apenas projetada durante o governo de Nassau¹⁹.

¹⁹ “Nassau propôs a construção de uma muralha, mas como era despesa de vulto não se levou a efeito”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. Massangana, Recife, 1987. pág. 109.

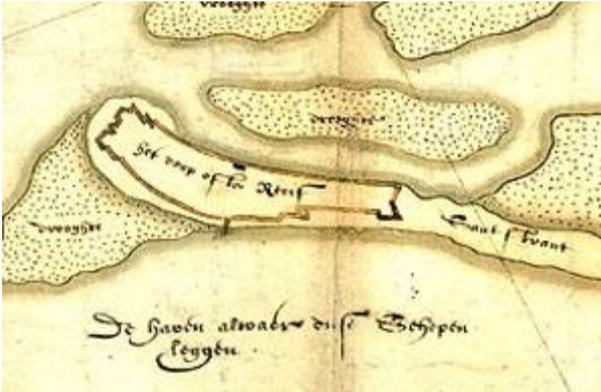


Fig. 12 Detalhe - "Grondt teyckoningh van het Eylandt Antoni Vaaz het Recif (...) Andréas Drewisch (julho de 1631).



Fig. 13 Detalhe "Caerte Vande Haven Van Pharnambocque ... Johannes Vingboons; do original, Cornelis Golyath. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. (1644).

3.4 Cartografia Luso-Brasileira (Séc. XVIII)

No final do século XVII, agregou-se um outro uso à antiga bateria: sobre a estrutura da porta seria construída a capela do Bom Jesus, conformando um típico processo de "apropriação" luso-brasileira do espaço urbano. A permissão para construção dessa capela é contada por Costa:

"Erigindo-se em 1654 várias irmandades na matriz do corpo Santo ou de São Frei Pedro Gonçalves, figurava entre elas uma sobre a invocação do Senhor do Bom Jesus, que poucos anos depois tratou da construção de uma capela para o seu padroeiro, para que obtve do General Governador André Vidal de Negreiros, em 1667, a solicitada permissão de levantá-la sobre o Arco da Porta do Recife, bem como a doação de uma casa contígua, em que assistia o comandante da respectiva guarda. (...) Não consta quando começaram as obras do edifício, sabendo-se, porém, que já estavam concluídas em 1680, quando encontramos a irmandade funcionando na sua capela do Arco do Senhor Bom Jesus das Portas, como ficou vulgarmente chamada"²⁰

À parte o novo uso (capela), os sucessivos governos da Província davam continuidade à função militar inserindo a bateria um novo e amplo programa de reconstrução das fortificações. Deste modo, entre 1670 e 1713, surgiria o "Fortim do Bom Jesus".

"Depois da amarga experiência da invasão holandesa, fez-se sempre alguma coisa para garantir a defesa da capitania. Construiu-se o forte de Pau Amarelo, e o fortim de Pitimbu ao norte, e a fortaleza de Tamandaré ao Sul, para a defesa do porto do Recife, construiu-se o Forte do Bom Jesus e o do Matos, e reconstruíram-se as fortalezas do Brum, Buraco e Cinco Pontas, e também o de Itamaracá em diferentes épocas".²¹

Na cartografia urbanística local de meados do século XVIII chamam atenção: a Planta do Bairro do Recife (Fig. 14): onde a legenda sobre os baluartes anuncia: "H, H - Fortificações Antigas em Ruínas" e a Planta Genográfica do Recife (Fig. 15): onde os números 11 e 12 correspondem "Reduto que existe" e "O que está demolido",

²⁰ COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos. Págs. 453-454.

²¹ Ibidem, Vol. 2 pg. 237.

respectivamente. Deve-se entender, portanto, que entre 1733 e 1749 os baluartes seriam novamente reconstruídos!

Ainda, seria agregado a um dos baluartes da bateria, um cais. Conta Pereira da Costa que foi no tempo do Governo do Conde de Vila Flor (1773-1768) que foi levantado um muro de pedra desde o trapiche da alfândega até o Fortim de Bom Jesus. (Fig. 16 e 17)



Fig. 14 Detalhe da "Planta do bairro do Recife". João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso (1733). Manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

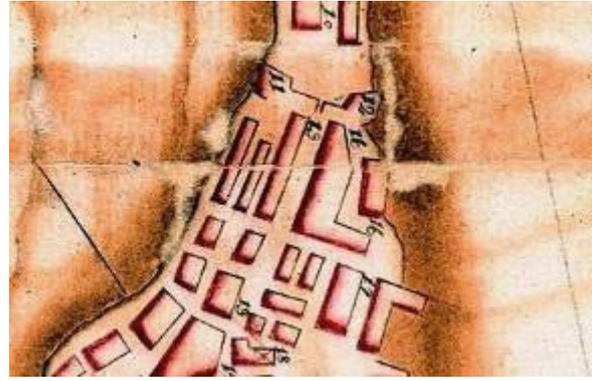


Fig. 15 Detalhe da "Planta Genográfica da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco...". Francisco de O. Miranda, João G. Velho do Amaral e José P. de Abreu. Manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. (1749).

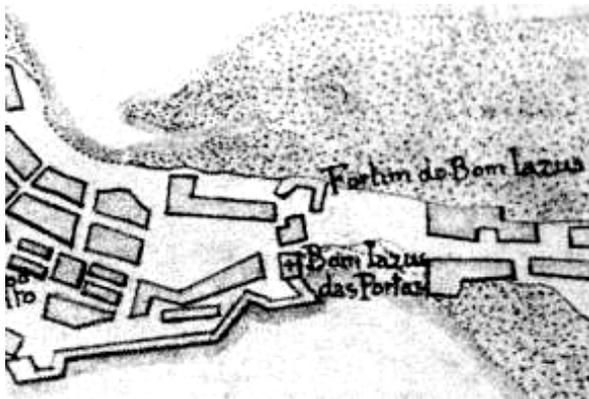


Fig. 16 Detalhe do "Plano da Vila de Santo Antônio do Recife" (Final do século XVIII). Referências ao "Fortim do Bom Jesus" e ao "Bom Jesus das Portas". Registra também a construção de um cais que parte do baluarte.

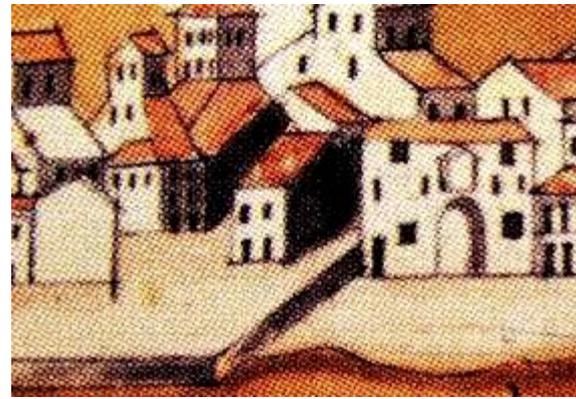


Fig. 17 Curioso desenho da Capela e Porta do Bom Jesus. "Prospecto da Villa do Recife..." Pe. José Caetano. Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (1759).

4 DEMOLIÇÃO E ATERRAMENTO

A partir do século XIX esta área da cidade passaria por profundas transformações com as construções destinadas ao Arsenal da Marinha e posteriormente à uma praça. Para as elites, o conjunto arquitetônico que "obstruía" a rua do Bom Jesus representava o passado colonial em sua acepção mais pejorativa (Figs. 18 e 19).



Fig. 18 Rua da Cruz e porta do Bom Jesus. Litografia, no original colorida, a mão de W. Bassler, (c.1848).

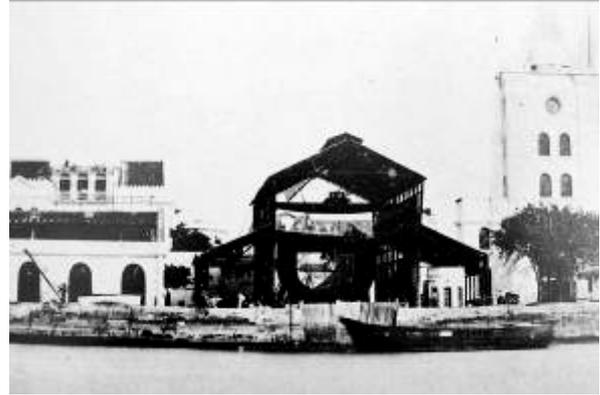


Fig. 19 Estaleiro do Arsenal da Marinha construído após a demolição da capela e forte do Bom Jesus. Fotografia de João Ferreira Vilela. (c. 1865).

Finalmente, 1850, em decorrência de novos ditames urbanísticos, (porque a cidade se expandira para o mar e o rio, porque os sucessivos aterros já se estendiam muito além das antigas paliçadas e portas e porque simplesmente haveria se de arejar e dar continuidade à ruas), seria promulgada a Lei provincial de número 252 autorizando a demolição da capela do Bom Jesus.

Deste modo o conjunto arquitetônico composto de um fortim, uma porta, uma capela e um dique, seria demolido e soterrado. E, para consolo, no dia 31 de agosto de 1866, na fachada do antigo (também já demolido) edifício dos Correios, solenemente se assentaria uma placa de mármore com os seguintes dizeres:

“Lápide comemorativa do arco que foi antiga porta da cidade e da capela do Senhor Bom Jesus das Portas levantada sobre o mesmo arco. À frente desta lápide, e ocupando toda a largura da rua, estavam os sobreditos monumentos demolidos em 1850. O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano a mandou colocar em 1866.”²²

5 CONCLUSÃO

1 - A estrutura em cantaria descoberta pela arqueologia com sua forma em baluarte - eminentemente militar -, teve sua origem no século XVII (idos de 1626) e se deve a uma bateria construída por Cristóvão Álvares, inconclusa por falta de recursos e interesse da Câmara de Olinda. Em sua origem, portanto, ela é luso-brasileira.

2 - Houve uma constância do uso militar da estrutura, até, pelo menos, meados do século XVIII. Foi durante a invasão holandesa que se inseriu uma porta, útil para um núcleo urbano cercado pelas exigências da guerra.

3 - No final do século XVII, agregou-se outro uso à antiga bateria: a capela do Bom Jesus, conformando um típico processo de “apropriação” luso-brasileira do espaço urbano.

4 - Considerando as sucessivas reconstruções a que foi submetida nos seus três séculos de existência, a materialidade atual destes restos tem, possivelmente, uma origem bem mais recente (primeira metade do século XVIII).

²² Ibidem, Vol 3, pág. 476.

5 - É indissociável da história dessa estrutura uma fortificação, uma porta, uma capela e um cais. Foi sobre diversos usos (militar, civil, e religioso) e sobre o domínio luso-brasileiro e holandês que a estrutura subsistiu até 1850.

6 - Deve-se admitir que é justamente a *multiplicidade de significados* que agora se expõem que torna tal estrutura tão importante para a história do Recife e seu povo.

BIBLIOGRAFIA

CAPARÓ, Erwic Flores. Arenitos de Cimentação Calcífera dos Antigos Edifícios de Salvador. UFPBA, Salvador, 1997.

CASTRO, Josué de. Fatores de Localização do Recife. Imprensa Nacional, Recife, 1948.

CORONA, Eduardo e Carlos Lemos. EDART, São Paulo, 1972.

COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos. FUNDARPE, Recife, 1983.

FERREZ, Gilberto. Raras e Preciosas Vistas do Recife, 1755-1855. FUNDARPE, Recife, 1984.

- Velhas Fotografias Pernambucanas. Campo Visual, Rio de Janeiro, 1988.

Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses Deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados ou Reparados até 1654. Imprensa Oficial, Recife, 1940.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. O Povoado dos Arrecifes e o Baluarte Holandês do Século XVII. Dissertação de Mestrado, UFPE, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio, Recife, 2005.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Cristóvão Álvares - um engenheiro em Pernambuco, 1608(?) - 1663. Vol. 15, RPHAN, Rio de Janeiro, 1961.

- Fontes para a História do Brasil Holandês - MELLO, José Antônio Gonsalves de. Administração da Conquista. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Recife, 2004.

- Fontes para a História do Brasil Holandês. A Economia Açucareira. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Recife, 2004.

- Tempo dos Flamengos. Massangana, Recife, 1987.

- Um Mascate e o Recife. CEPE, Recife, 1981.

PASSIS, Anne-Marie e Gabriela Martin Ávila. UFPE (Programa de Pós Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio)/URB Recife. Recife, 2005.

REIS, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.

SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco. FUNDARPE, Recife, 1984.

SILVA, Leonardo Dantas. 1630-1654: Holandeses em Pernambuco. Instituto Ricardo Brenand, Recife, 2005